
IMPACTO DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS E PASSIVOS CONTINGENTES TRIBUTÁRIOS NA AGRESSIVIDADE FISCAL DE EMPRESAS BRASILEIRAS NÃO FINANCEIRAS DA B3

Ludimila Lopes da Silva Marinho ¹
Lúcio de Souza Machado ²
Tiago Nascimento Borges Slavov ³

▪ Artigo recebido em: 09/11/2022 ▪ Artigo aceito em: 22/09/2023

RESUMO

O estudo analisou o impacto das provisões tributárias e passivos contingentes tributários na agressividade fiscal de empresas brasileiras abertas. Em consonância com a literatura, foram propostas três hipóteses, no sentido de que tanto as provisões tributárias, como os passivos contingentes tributários, e a soma de ambos, impactam a agressividade fiscal das empresas. Para testá-las, foram obtidos dados de 2017 a 2020 e aplicado o método de regressão linear múltipla para dados em painel com efeitos aleatórios e estimados pelos Generalized Least Squares - GLS. As métricas utilizadas para mensuração da agressividade fiscal, variável dependente, foram ETR Gaap, ETR Cash, ETR DVA e BTD. Os resultados indicaram que as provisões tributárias e os passivos contingentes tributários não impactam na agressividade fiscal das empresas, portanto, as hipóteses de pesquisas foram refutadas. Os testes estatísticos evidenciaram, ainda, que a agressividade tributária é impactada pela alavancagem (LEV), retorno dos ativos (ROA) e setor, de modo geral, bem como pelo tamanho da empresa e

¹ Mestra em Contabilidade Financeira pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Especialista em Contabilidade e Direito tributário, contadora e docente universitária. Universidade Evangélica de Goiás - UniEvangélica. Endereço: Rua Montes Claros, Qd 104, Lt 01/13, Parque Amazônia, Cep 74.840-650, Goiânia - GO. Telefone: (62) 9 8465-1867. E-mail: ludimila.lopess22@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2541-9134>

² Pós-doutor e Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Professor associado dos cursos de graduação e mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Goiás (UFG). Endereço: Campus Samambaia, Rua Samambaia, s/n, Chácara Califórnia, Goiânia, Estado de Goiás, CEP - 74001-970. Telefone: (62) 3521-1390. E-mail: luciomachado@ufg.br
<https://orcid.org/0000-0003-4434-2830>

³ Doutor em Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em controladoria e Contabilidade, professor e pesquisador do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da FECAP. Endereço: Avenida da Liberdade, 532. Centro Universitário FECAP. Liberdade 01502001 - São Paulo, SP - Brasil. Telefone: (11) 32722222. E-mail: tiago.slavov@fecap.br
<https://orcid.org/0000-0003-2763-0937>

Editor responsável pela aprovação do artigo: Dr. Samuel de Oliveira Durso
Editor responsável pela edição final do artigo: Dr. Ewerton Alex Avelar

governança corporativa para alguns modelos utilizados. Para aprofundar os resultados, foram feitas análises adicionais com um modelo lag-lead, ao investigar a variável independente em momentos diferentes (t-1, t+0, t+1) das demais variáveis. Os resultados das regressões adicionais não indicaram diferenças significativas com o modelo principal analisado, em âmbito geral, cabendo destaque apenas às variáveis PPC e PCT que influenciam na agressividade tributária, desde que considerada, como variável dependente, tão somente a ETR Gaap, e, um parâmetro estatístico de até 10% de significância.

Palavras-Chave: Agressividade Fiscal. Provisões tributárias. Passivos contingentes tributários.

IMPACT OF TAX PROVISIONS AND CONTINGENT TAX LIABILITIES ON THE TAX AVOIDANCE OF B3 NON-FINANCIAL BRAZILIAN COMPANIES

ABSTRACT

The study has analyzed the impact of tax provisions and contingent tax liabilities on the tax aggressiveness of publicly traded Brazilian companies. In line with the literature, three hypotheses were proposed, in the sense that both tax provisions and contingent tax liabilities, and the sum of both, impact the tax aggressiveness of companies. To test them, data from 2017 to 2020 were obtained and the multiple linear regression method was applied to panel data with random effects and estimated by Generalized Least Squares - GLS. The metrics used to measure tax aggressiveness, the dependent variable, were GAAP ETR, Cash ETR, VAS ETR and BTD. The results indicated that tax provisions and contingent tax liabilities do not impact the tax aggressiveness of companies. Therefore, the research hypotheses were refuted. Statistical tests also strongly suggested that fiscal aggressiveness is impacted by leverage (LEV), return on assets (ROA) and sector, in general, as well as by company size and corporate governance for some of the used models. To deepen the results, additional analyses with a lag-lead model were performed, when investigating the independent variable at different times (t-1, t+0, t+1) from the other variables. The results of the additional regressions did not indicate any significant differences with the main analyzed model, in general terms, highlighting only the POC and PCT variables that influence tax aggressiveness, since considering, as a dependent variable, only GAAP ETR, and one statistical parameter of up to 10% significance.

Keywords: Tax Avoidance. Tax provisions. Contingent tax liabilities.

1 INTRODUÇÃO

Confrontar as despesas tributárias futuras reconhecidas como provisões tributárias e/ou evidenciadas como passivos contingentes tributários juntamente com práticas de economia fiscal pode enriquecer o conjunto de estudos sobre os determinantes da agressividade fiscal, pois questões tributárias litigiosas têm relação com a agressividade fiscal das organizações, (Chun et al., 2020; Dhawan et al., 2020).

Pesquisas que abordam a agressividade fiscal têm definido-a como um

conjunto de decisões empresariais que têm como foco a redução dos tributos por meio de ações de economia tributária, sejam elas legais ou não (Chen et al., 2010). Com isso, ao observar tal definição no sentido de questionamento da sua licitude, a decisão tributária pode ser vista negativamente, ao ofertar riscos à organização em relação aos custos de litígio e reputacionais (Santana & Rezende, 2016).

Medidas de redução tributária que se tornam contenciosos fiscais viram custos, além do tributo principal, multas, juros e outras penalidades (Lampenius et al., 2021; Wilson, 2009). Desse modo, entende-se que o comportamento tributário das empresas pode ser influenciado pelo papel das autoridades fiscais no contexto organizacional, e a atuação destas pode diminuir a agressividade fiscal das organizações (Atwood et al., 2012). Martinez e Sonegheti (2015) alertaram que o aumento da carga tributária faz com que as empresas pratiquem planejamentos tributários mais agressivos, os quais, podem ser influenciados pelo risco de autuações fiscais.

As autuações tributárias são reconhecidas como provisões ou divulgadas em notas explicativas como passivos contingentes tributários, quando o risco não é classificado como provável, mas possível.

Hoope, Mescall & Pittman (2012) sugerem que empresas públicas americanas assumem posições fiscais menos agressivas quando a execução fiscal é mais rigorosa. Já Kubick et al. (2016) observaram o efeito da redução na agressividade fiscal das empresas americanas quando do recebimento de notificações fiscais. No Brasil, Mattos (2017) identificou que as provisões e os passivos contingentes refletem o planejamento tributário que não deu certo e argumentou que o aumento do risco do contribuinte (elevando a probabilidade de ser auditado/fiscalizado) pode ser um fator determinante para redução da agressividade fiscal.

Mocanu et al. (2020) usaram as autuações das empresas romenas como característica explicativa da agressividade fiscal e perceberam que empresas autuadas tendem a ser mais agressivas do que as não autuadas. Já Shen (2023), utilizando a abordagem dos passivos contingentes na agressividade tributária das empresas, observou relação significativa e positiva com a agressividade tributária das empresas chinesas.

Os resultados sugerem que não existe um consenso na literatura para a relação (se positiva ou negativa) entre as provisões e passivos contingentes e o nível de agressividade tributária das empresas. Neste sentido, o estudo se propõe a investigar o seguinte problema: qual é o impacto das provisões tributárias e passivos contingentes tributários na agressividade fiscal em empresas brasileiras não financeiras listadas na B3?

Os achados em torno da agressividade fiscal ainda não são suficientes para explicar a oscilação da carga tributária nas empresas (Mamade, Brugni, Monte-Mor & Beiruth, 2023; Martinez, Santana & Sena 2022; Silva & Rezende, 2016). Com isso, o presente estudo justifica-se pela necessidade e relevância da compreensão da agressividade fiscal sob diferentes perspectivas, como motivado por Hanlon e Heitzman (2010), seguindo a direção de entender como

as provisões tributárias e os passivos contingentes tributários podem impactar a agressividade fiscal de empresas brasileiras listadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agressividade Fiscal

Hanlon e Heitzman (2010) afirmam ser um desafio definir a agressividade fiscal (também referenciada como *tax avoidance* ou planejamento tributário) universalmente, pois suas definições ou constructos podem ter significados diferentes para pessoas distintas.

Neste sentido, Chen et al. (2010) ao definirem a agressividade fiscal fazem menção direta ao planejamento tributário, ao argumentar que, empresas mais agressivas são assim caracterizadas devido ao forte uso de mecanismos para a redução dos tributos e tais mecanismos são considerados planejamento tributário.

Para Lampenius et al. (2021), a agressividade fiscal é uma forma de redução da carga tributária empresarial, sendo essa redução lícita ou ilícita. Contudo, a agressividade fiscal não significa necessariamente que as organizações estejam engajadas em algo ilícito.

Destaque-se, então, que optar pela economia tributária por meio de práticas que ofertam risco de discussões judiciais pode ser uma decisão que não se alinha com os objetivos dos acionistas. O resultado empresarial pode, assim, se apresentar satisfatório em valores, mas a percepção dos investidores diante de tais práticas pode ser negativa, afinal, litígios podem afetar a reputação da firma, gerando custos presentes e futuros (Chun et al., 2020).

Há, portanto, percepção de risco nas práticas de agressividade fiscal, ao poderem afetar sua reputação, trazer penalidades e probabilidade de ocorrer litígios (Dhawan et al., 2020). Logo, caso o planejamento tributário não seja realizado eficientemente, há grandes chances de surgir custos adicionais para a organização (Martinez & Silva, 2019).

Esses custos podem ser motivados pela reação da empresa aos questionamentos do fisco, reconhecidos contabilmente como provisões tributárias ou passivos contingentes tributários, conforme explicação na próxima subseção.

2.2 Provisões Tributárias, Passivos Contingentes Tributários e Agressividade Fiscal

Os questionamentos do fisco sobre as práticas tributárias da empresa se materializam nas demonstrações financeiras em forma de provisões e/ou contingências tributárias. Não é defensável, no entanto, que provisões e contingências tributárias são originadas principalmente por decisões intencionais de planejamento tributário agressivo.

Mattos (2022), investigando a ontologia das provisões trabalhistas e tributário, observou que questionamentos por parte do fisco podem estar vinculados a fatores como conservadorismo e complexidade da legislação. Assim, questionamentos tributários por parte do fisco podem ocorrer por falta de

diligência nos processos tributários, interpretações controversas da legislação ou direcionamentos da fiscalização com o propósito de investigar transações, ou empresas específicas por atributos como tipo de operação tributária, porte, localização, segmento, cadeia de valor (clientes e fornecedores) e qualidade dos controles internos (Baldoino & Borba, 2015; Ribeiro, Ribeiro & Weffort, 2013).

O nível de incerteza sobre os processos tributários, materializada em provisões e passivos contingentes, pode influenciar, assim, as decisões de planejamento tributário das empresas. Com isso, a mensuração das provisões tributárias e dos passivos contingentes tributários, fruto de fiscalização ou de dúvidas sobre o cumprimento da legislação tributária, podem estar associados com a agressividade tributária (Martinez & Sonegheti, 2015).

Atwood et al. (2012) observaram que as práticas de agressividade fiscal são menores em empresas localizadas em países onde a conformidade contábil-tributária é maior e com mais presença da fiscalização tributária. Já Martinez e Sonegheti (2015) afirmam que o desalinhamento entre conceitos tributários e contábeis, bastante comuns no Brasil, dão origem a fiscalizações que acarretam potenciais débitos, frutos de autuações ou glosas de créditos, sendo elas consideradas atos ilícitos ou apenas erros de interpretação da legislação.

Assim, as provisões e os passivos contingentes tributários não significam apenas decisões de economia tributária (Mattos, 2017), mas podem ser frutos de erros internos, interpretações errôneas, falhas operacionais, sistêmicas e teses pendentes de julgamento, como, por exemplo, o Recurso Extraordinário de nº 574.706, que foi julgado em 2021 pelo Supremo Tribunal Federal – STF, retirando o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Mattos (2017), ao utilizar das provisões e dos passivos contingentes (*Unrecognized tax benefits* – UTB) trazidos a valor presente como indicativos para os riscos de planejamento tributário, verificou que as empresas, ao verem potencial de maior retorno na prática de planejamento tributário do que os custos que ela pode ofertar, escolhem economizar seus tributos.

Já Mocanu et al. (2020), ao apurarem a agressividade fiscal como consequência de passivos tributários, analisaram as autuações das empresas como característica explicativa da agressividade fiscal, mostrando que empresas autuadas pelo governo da Romênia tendem a ser mais agressivas do que as não autuadas. O resultado é oposto ao estudo de Kubick et al. (2016) que evidenciaram que as empresas americanas que mais receberam solicitação de esclarecimento de condutas fiscais da *Securities and Exchange Commission* (SEC) reduzem sua agressividade fiscal (medida pela *Effective Tax Rate* – ETR – *Gaap*, ETR *Cash* e *Book-Tax Difference* – BTM). Conforme o estudo de Mocanu et al (2020), depreende-se que o contribuinte não diminui a agressividade tributária por estar sob maior vigilância de um órgão normatizador, regulador e/ou fiscalizador.

Com base nos dados empíricos das empresas chinesas cotadas em bolsa de 2007 a 2020, Shen (2023) analisou empiricamente o impacto da divulgação de passivos contingentes na agressividade tributária das empresas. Os resultados do

estudo constataram que o grau de divulgação de informação das contingências está significativa e positivamente relacionado com a agressividade tributária das empresas, e a incerteza reconhecida como contingência é um importante determinante para explicar a agressividade tributária das empresas. O autor defende que investigar essa associação é importante para as empresas melhorarem a qualidade das informações contábeis e reduzirem a tendência oportunista da administração na condução de suas políticas tributárias.

Desta forma, embora não exista consenso na literatura, o estudo de Shen (2023), desenvolvido com as premissas adotadas no presente estudo, justifica investigar a relação positiva da mensuração das provisões e passivos contingentes com a agressividade tributária. Assim, diante da literatura abordada neste tópico, são discriminadas as seguintes hipóteses da pesquisa:

H1: provisões tributárias e passivos contingentes tributários influenciam, positivamente, na agressividade fiscal de empresas brasileiras abertas;

H1a: provisões tributárias influenciam, positivamente, na agressividade fiscal de empresas brasileiras abertas;

H1b: passivos contingentes tributários influenciam, positivamente, na agressividade fiscal de empresas brasileiras abertas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Amostra e Coleta de Dados

A Tabela 1 apresenta a composição da amostra, sendo essa integrada por empresas não financeiras listadas na Brasil Bolsa Balcão (B3) no período de 2017 a 2020. As companhias financeiras não foram consideradas por possuírem tratamento contábil e fiscal peculiares em relação às demais, o que impossibilita a generalização nas análises.

Tabela 1

Composição da Amostra

Descrição	Nº de empresas
Empresas brasileiras não financeiras listadas no mercado acionário brasileiro	329
(-) Empresas com ausência de informações	72
= Composição final do número de empresas que fizeram parte da amostra	257

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 2 apresenta a distribuição dessas 257 empresas por setor econômico (conforme Economatica®).

Tabela 2

Empresas da Amostra por Setor Econômico

Setor	Total de empresas	Percentual (%)
Consumo cíclico	69	27
Bens industriais	47	18
Utilidade pública	46	18
Materiais básicos	28	11
Consumo não cíclico	19	7
Outros	16	6

Setor	Total de empresas	Percentual (%)
Saúde	13	5
Petróleo gás e biocombustíveis	9	4
Tecnologia da informação	6	2
Comunicações	4	2
Total	257	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados necessários para apuração das variáveis contábeis utilizadas foram coletados nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), B3, na Economatica® e em notas explicativas das demonstrações financeiras publicadas pelas respectivas empresas.

3.2 Variáveis do Estudo

3.2.1 Variáveis Dependentes

As métricas utilizadas como variáveis dependentes neste estudo foram: ETR *Gaap*, ETR *Cash*, ETR DVA e BTM. Tais medidas da agressividade fiscal foram utilizadas nos estudos que se dedicaram a evidenciar os determinantes da agressividade fiscal com sentido semelhante ao presente estudo. Segundo a literatura, quanto menor é o valor da variável, maior o nível de agressividade tributária, ou quanto menor é a carga tributária, a empresa é mais agressiva fiscalmente. A Tabela 3 sintetiza as variáveis utilizadas, que assumem posição de variáveis dependentes.

Tabela 3

Variáveis Dependentes

Variável	Métrica	Forma de obtenção	Fonte
ETR <i>Gaap</i>	Razão dos tributos sobre o lucro apurado pelo lucro antes dos tributos.	Base de dados Economatica®.	Chen et al., 2010; Rezende et al., 2018; Wang et al., 2019.
ETR <i>Cash</i>	Razão entre a saída de caixa para pagamento de tributos sobre o lucro e o lucro antes dos tributos.	Base de dados Economatica® e Demonstração de Fluxo de Caixa.	Hanlon & Heitzman, 2010; Lennox et al., 2013.
ETR DVA	Razão do valor da tributação sobre a renda e consumo pelo valor adicionado a distribuir.	Demonstração do Valor adicionado, CVM e B3.	Marinho et al, 2022.
BTM	Lucro antes dos tributos menos a razão do valor dos tributos sobre a renda pela alíquota nominal (IR+CSLL) dividido pelo ativo total.	Base de dados Economatica®.	Martinez, 2017; Martinez & Cerize, 2020; Vello & Martinez, 2014.

Fonte: Dados da pesquisa.

ETRs menores que 0 e maiores que 1 não foram consideradas, pois a literatura indica que essa é uma situação resultante de transações fora do comum, que não se relacionam com posições fiscais efetivas (Christensen et al., 2021). A mesma validação não ocorreu para a variável BTM para comparação com estudos nacionais anteriores que admitiram resultados negativos (Martinez, 2017; Martinez & Cerize, 2020; Vello & Martinez, 2014).

Os dados para formulação da ETR DVA foram obtidos nas demonstrações

do valor adicionado (DVAs) divulgadas pelas empresas e disponíveis no site da CVM, porém, informações de cerca de 60 empresas não constavam na base da CVM e, por esse motivo, as informações foram coletadas manualmente no site da B3.

3.2.2 Variáveis Independentes de Interesse

Foram consideradas para mensuração das variáveis independentes as provisões tributárias e os passivos contingentes tributários, ambos quantitativamente. A Tabela 4 apresenta a relação das variáveis independentes de interesse.

Tabela 4

Variáveis Independentes de Interesse

Variável	Métrica	Forma de Obtenção	Sinal Esperado	Fonte
PPC	Valor das provisões tributárias e dos passivos contingentes tributários da empresa i no período t ponderado pelo passivo total.	Base de dados Economatica®, notas explicativas e B3.	+	Shen, 2023.
ProvT ^a	Valor das provisões tributárias da empresa i no período t ponderado pelo passivo total.	Base de dados Economatica®, notas explicativas e B3.	+	Shen, 2023.
PCT	Valor dos passivos contingentes tributários da empresa i no período t ponderado pelo passivo total.	Notas explicativas.	+	Shen, 2023.

Nota: ^a Ao conferir os valores referentes às provisões tributárias e aos passivos contingentes tributários foi identificada certa inconsistência com os valores evidenciados nas notas explicativas e, por isso, tais dados foram confirmados e ajustados manualmente, respeitando os valores constatados em cada nota explicativa. Fonte: Dados da pesquisa.

Com objetivo de determinar a representatividade em relação à empresa, as provisões tributárias, os passivos contingentes tributários e a soma de ambas foram divididas pelo passivo total, conforme adotado por Shen (2023). Alternativamente, a literatura indica que a métrica poderia ser calculada pela razão entre os passivos tributários e o total de ativos para controlar o impacto do tamanho dos ativos, mas optou-se por adotar a variável *Size* como explicativa.

3.2.3 Variáveis Independentes de Controle

Para controlar outros efeitos sobre a agressividade fiscal foi realizada a inclusão de variáveis de controle no modelo de regressão e que se relacionam com: Alavancagem (LEV), Retorno dos ativos (ROA), Logaritmo natural do ativo total (*Size*), Governança Corporativa (GC), Qualidade da Auditoria (*BIG4*) e Setor. Tais variáveis foram escolhidas considerando suas relações teóricas com a respectiva variável dependente, conforme Tabela 5.

Tabela 5

Variáveis de Controle

Variável	Métrica	Forma de obtenção	Sinal Esperado	Fonte
LEV	Dívida de longo prazo dividida pelo ativo.	Base de dados Economatica®.	+ / -	Gaaya et al., 2017; 2016; Martinez & Martins, 2016.
ROA	Lucro operacional da empresa dividido pelo ativo.	Base de dados Economatica®.	+ / -	Chen et al., 2010; Mocanu et al., 2020.
Size	Log natural do ativo total. <i>Dummy</i> : 1 para empresas do Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 de GC e 0 para as que não possuem.	Base de dados Economatica®.	+	Lennox et al., 2013. Mattos, 2017.
GC	<i>Dummy</i> - Sendo: 1 para empresas auditadas por BIG4 e 0 para não auditadas por BIG4.	Base de dados Economatica®.	-	Martinez & Cerize, 2020; Martinez & Sonegheti, 2015.
Qualidade da auditoria – BIG4	Notas explicativas.		-	
Setor	<i>Dummy</i> - Setor baseado na classificação do Sistema Economatica®.	Base de dados Economatica®.	+ / -	Hartmann & Martinez, 2020; Marinho et al., 2022; Santos et al., 2021.

Fonte: Dados da pesquisa.

3.3 Especificação dos Modelos e Abordagem Estatística

Após a definição das variáveis, foram elaborados os seguintes modelos econométricos, apresentados na Tabela 6, para verificar se as provisões tributárias e os passivos contingentes tributários impactam na agressividade fiscal das empresas brasileiras abertas e não financeiras.

Tabela 6

Modelos Econométricos

Hipótese Modelo Econométrico

H1	$AF_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 PPC_{1,it} + \beta_2 LEV_{2,it} + \beta_3 ROA_{3,it} + \beta_4 Size_{4,it} + \beta_5 GC_{5,it} + \beta_6 BIG4_{6,it} + \epsilon_{i,it}$
H1a	$AF_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 ProvT_{1,it} + \beta_2 LEV_{2,it} + \beta_3 ROA_{3,it} + \beta_4 Size_{4,it} + \beta_5 GC_{5,it} + \beta_6 BIG4_{6,it} + \epsilon_{i,it}$
H1b	$AF_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 PCT_{1,it} + \beta_2 LEV_{2,it} + \beta_3 ROA_{3,it} + \beta_4 Size_{4,it} + \beta_5 GC_{5,it} + \beta_6 BIG4_{6,it} + \epsilon_{i,it}$

Fonte: Dados da pesquisa.

Os modelos foram estimados para cada uma das quatro variáveis dependentes que mensuram a agressividade fiscal nesta pesquisa, ou seja, a ETR *Gaap*, a ETR *Cash*, a ETR *DVA* e a *BTD*. O método estatístico utilizado foi a regressão linear múltipla para dados em painel, pois os dados estão organizados de forma que as empresas tenham as mesmas informações para a mesma quantidade de anos.

A escolha do painel deu-se após aplicação dos testes de *Chow*, *LM* de *Breusch-Pagan* e *Hausman*, assim como sugere Favero (2013). Uma vez determinado o painel, o passo seguinte foi a estimação dos modelos, e estes

foram estimados pelos Mínimos Quadrados Generalizados (MQG, ou, em inglês, *GLS – Generalized Least Squares*). Os dados foram trabalhados no software *Stata®* versão 16.0 e, após as estimações, foram aplicados os testes para verificação do atendimento aos pressupostos da regressão linear múltipla, sendo eles: teste *Sfrancia*, *Wald*, *VIF* e *Wooldridge*.

Ressalte-se que, ademais, como teste adicional se investigou o impacto das provisões tributárias e passivos contingentes tributários, somados e individualmente, na agressividade fiscal das empresas pesquisadas, inserindo no modelo a variável independente em t-1, t-0 e t+1. Com essa inclusão, muda-se o painel de dados, portanto, o resultado pode diferir do originalmente tratado para t-0, que explora a característica das empresas em termos de reconhecimento de provisões tributárias e evidenciação dos passivos contingentes de mesma natureza, como preditores da agressividade fiscal. Ademais, frise-se que todos os testes estatísticos citados foram aplicados anteriormente para esse cenário complementar.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Estatísticas Descritivas

A Tabela 7 apresenta as medidas de tendência central e de dispersão das variáveis. É importante destacar que foi identificada presença de *outliers* e, por esse motivo, todas as variáveis contínuas foram *winsorizadas* nos percentis 1 e 99 (1%) para eliminar os valores extremos.

Tabela 7

Estatísticas Descritivas

Painel A						
Estatísticas Descritivas – Variáveis Quantitativas						
Variável	Tendência Central			Medidas de dispersão		
	Obs.	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
ETR <i>Gaap</i>	617	0,22	0,18	0,18	0,00	0,85
ETR <i>Cash</i>	534	0,13	0,07	0,17	0,00	0,79
ETR DVA	891	0,29	0,26	0,20	0,00	0,84
BTD	950	-0,08	0,00	0,40	-3,10	0,19
PPC	1.003	0,18	0,03	0,72	0,00	6,15
ProvT	1.008	0,01	0,00	0,33	0,00	0,22
PCT	1.006	0,16	0,02	0,72	0,00	6,15
LEV	1.011	0,20	0,15	0,24	0,00	1,75
ROA	1.011	-0,06	0,03	0,40	-3,10	0,23
Size	1.011	14,32	14,75	2,74	4,01	18,99

Painel B				
Estatísticas Descritivas – Variáveis Qualitativas (Dummy)				
Variável	Obs.	Dummy para valor 1		Total
		N	%	
GC	1.012	139	55	253
BIG4	1.028	157	61	257

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 7, a presença de valores extremos é observada pela

alíquota máxima de 85% para ETR *Gaap* (mesmo após *winsorização* a 1%), valor este que, mesmo sendo representativo, não deixou com que a média da alíquota efetiva dos tributos (22%) fosse acima da alíquota nominal imposta pela legislação brasileira (34%). Com esses valores, é possível inferir a presença de práticas de agressividade fiscal nas empresas em análise, assim como para Hartmann e Martinez (2020), que obtiveram 25% de ETR *Gaap* em seu estudo.

A inferência da presença de práticas de agressividade fiscal nas empresas da amostra persiste quando observada a média de 13% de taxa efetiva de saída de caixa para pagamento dos tributos (ETR *Cash*), mesmo com persistência do valor elevado para alíquota máxima (79%). Esse percentual é menor do que o observado em estudos brasileiros, como 26% e 83% para Martinez e Silva (2019) e Silva e Rezende (2016), respectivamente.

Ao considerar a tributação sobre o lucro e consumo, a ETR DVA revela um aumento de 7% na taxa efetiva dos tributos, resultando em 29%. O valor máximo da alíquota persiste em ser representativo (84%) e a média supracitada é um pouco menor do que a observada na pesquisa de Martinez e Cerize (2020), que foi de 32%.

A diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal representa, em média, -8% dos ativos totais das companhias. Diversas empresas da amostra apresentaram resultado contábil negativo para diferentes períodos, podendo esses valores justificarem a média negativa para essa variável. Ao observar a BTG, em relação ao seu percentual máximo, 19% do total dos ativos chega a corresponder às diferenças entre o lucro contábil e fiscal.

As provisões somadas aos passivos contingentes tributários representam, em média, 18% do passivo total das empresas em análise. Individualmente, as provisões tributárias assumem 1% dos passivos totais e os passivos contingentes tributários montam 16%. No modelo original de Shen (2023) que utilizou o logaritmo natural do total de passivos contingentes (tributários e não tributários), o resultado obtido nas empresas chinesas foi de 16,25%.

Com relação à alavancagem, os ativos das empresas estão, em média, 20% comprometidos com terceiros. Há empresas com relevante comprometimento com terceiros, chegando a quase duas vezes o valor de seus ativos (máximo de 175%). A média aqui encontrada vai ao encontro dos resultados de Christensen et al. (2021), Marinho et al. (2022) e Martinez e Martins (2016), que apuraram 24%, 21% e 20%, respectivamente.

A respeito do ROA, este apresentou média abaixo da mediana e isso significa haver valores baixos em sua sequência, levando a média para baixo. Tal situação é notada também em seus valores mínimos e máximos (-3,10 e 0,23). Logo, o retorno dos ativos das empresas apresenta, em média, -6%, permitindo inferir que os investimentos não geraram retornos durante o período analisado para a maioria das empresas, porém, houve retornos positivos de até 23% dos valores investidos. O valor é discrepante quando comparado aos 10% de Martinez e Silva (2019), 8% de Marinho et al. (2022), 2,33% de Marchesi e Zanoteli (2020) e 6% de Martinez e Ramalho (2014).

Tal discrepância pode ser explicada pelo período analisado ser menor do

que os das pesquisas citadas ou por fatores externos, como a pré-crise já sentida pela economia brasileira em 2017, com desaceleração das *commodities*, alta inflação e queda nas taxas de juros, fatores esses que impactam no retorno dos investimentos (Filho, 2017).

Há empresas de diversos tamanhos na amostra, e mesmo o percentual da média se assemelhando ao da mediana (14,75%), observa-se um alto desvio padrão e um valor mínimo de 4,01%, permitindo inferir que o tamanho das empresas é expressivamente diversificado. A média evidenciada do tamanho das empresas assemelha-se aos 14,46% de Martinez e Ramalho (2014) e 14,78% de Martinez e Martins (2016).

No que diz respeito à GC e à qualidade da auditoria, 55% das empresas estão listadas no Novo Mercado, Nível 1 ou Nível 2 de GC e 61% são auditadas por *BIG4*. Gomes (2020) encontrou 51% de empresas em sua amostra com essa característica (ser auditada por *BIG4*) e Santos et al. (2021), com 83%.

4.2 Estatística Inferencial

4.2.1 Análise Bivariada

A correlação entre as variáveis é apresentada na Tabela 8 e as análises seguem a sequência dos modelos apresentados, primeiramente as correlações das variáveis dependentes para com as independentes de interesse e, por fim, a correlação entre as variáveis dependentes e as de controle.

Tabela 8

Matriz de Correlação de Pearson

	ETR Gaap	ETR Cash	ETR DVA	BTD	PPC	ProvT	PCT	LEV	ROA	Size	GC	BIG4
ETR Gaap	1											
ETR Cash	0,39*	1										
ETR DVA	0,18*	0,12*	1									
BTD	-0,77*	-0,33*	-0,12*	1								
PPC	0,01	0,03	0,16*	0,00	1							
ProvT	0,06	0,06	0,01	-0,05	0,42*	1						
PCT	0,01	0,04	0,17*	-0,02	0,93*	0,21*	1					
LEV	0,06	0,12*	0,03	-0,19*	0,13*	0,01	0,18*	1				
ROA	-0,26*	-0,11*	-0,05	0,63*	0,01	0,00	-0,01	-0,35*	1			
Size	-0,02	0,26*	0,14*	0,00	0,26*	0,08	0,33*	0,49*	-0,14*	1		
GC	-0,05	0,25*	-0,15*	0,04	0,11*	0,01	0,15*	0,28*	-0,12*	0,47*	1	
BIG4	-0,02	0,35*	0,09*	0,04	0,23*	0,04	0,26*	0,21*	-0,01	0,48*	0,36*	1

Nota: * Correlação significativa a 5%. Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que não há correlação significativa entre ETR *Gaap* e as provisões tributárias e passivos contingentes tributários e a mesma análise se estende para ETR *Cash*, sugerindo indícios de não relação explicativa entre as

variáveis. Com relação à ETR DVA e BTB, essas também não se correlacionam com as provisões tributárias. Essa observação admite uma possível não relação entre essas variáveis.

A respeito da correlação entre ETR DVA e a soma das provisões e passivos contingentes tributários, essa se apresentou positiva. Tal resultado pode ser devido a uma presença expressiva dos tributos sobre o consumo na constituição das provisões tributárias e passivos contingentes tributários. As empresas da amostra podem inclinar-se à constituição de maiores litígios voltados ao ICMS, IPI, PIS, Cofins e ISS do que para IRPJ e CSLL, por exemplo.

Há também correlação significativa e positiva para com a variável ETR DVA e os passivos contingentes tributários (PCT), permitindo inferir que empresas que recolhem mais tributos sobre o lucro e consumo possuem maior passivo contingente tributário. A expressiva tributação brasileira sobre o consumo possui ampla normatização, abrindo caminhos para diferentes interpretações e, com isso, pode expor as empresas a maior risco de litígios, sendo essa interpretação um caminho para o entendimento dessa correlação positiva.

4.2.2 Resultado das Regressões Lineares Múltiplas para Hipótese 1, 1a e 1b

A Tabela 9 reúne os resultados das regressões lineares múltiplas com dados em painel e efeitos aleatórios realizadas para verificação do impacto das provisões tributárias e passivos contingentes tributários na agressividade fiscal de empresas brasileiras não financeiras.

Tabela 9
Resultado das Regressões – H1, H1a e H1b

$AF_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 PPC_{i,t} + \beta_2 Lev_{i,t} + \beta_3 Roa_{i,t} + \beta_4 Size_{i,t} + \beta_5 GC_{i,t} + \beta_6 BigA_{i,t} \varepsilon_{i,t}$								
Dependentes								
Painel A - H1	ETR Gaap		ETR Cash		ETR DVA		BTB	
	P-valor	Coef	P-valor	Coef	P-valor	Coef	P-valor	Coef
Independente de interesse								
PPC	0,90	0,00	0,51	0,00	0,43	-0,01	0,64	0,0014
Controle								
LEV	0,98	0,00	0,28	0,11	0,97	-0,00	0,01**	0,0209
ROA	0,00*	-1,17	0,02**	-0,39	0,00*	-0,51	0,00*	0,9478
Size	0,22	0,00	0,59	0,00	0,18	0,00	0,02**	0,0032
GC	0,09***	-0,03	0,64	0,01	0,00*	-0,07	0,69	0,0020
BIG4	0,28	-0,02	0,12	0,03	0,97	0,00	0,70	-0,0018
Dummy Setor: Sim	Significante		Significante		Significante		Significante	
Between	0,19		0,11		0,24		0,99	
VIF	1,49		1,45		1,43		1,68	
N. Obs	615		534		874		942	
$AF_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 ProvT_{i,t} + \beta_2 Lev_{i,t} + \beta_3 Roa_{i,t} + \beta_4 Size_{i,t} + \beta_5 GC_{i,t} + \beta_6 BigA_{i,t} \varepsilon_{i,t}$								
Dependentes								
Painel B - H1a	ETR Gaap		ETR Cash		ETR DVA		BTB	
	P-valor	Coef	P-valor	Coef	P-valor	Coef	P-valor	Coef
Independente de interesse								
ProvT	0,84	0,09	0,64	0,25	0,94	-0,02	0,51	0,0386

Controle								
LEV	0,97	0,00	0,27	0,011	0,98	0,00	0,01**	0,0206
ROA	0,00*	-1,17	0,02**	-0,39	0,00*	-0,50	0,00*	0,9376
Size	0,21	0,00	0,57	0,00	0,16	0,00	0,02**	0,0032
GC	0,09***	-0,04	0,60	0,01	0,00*	-0,07	0,68	0,0020
BIG4	0,28	-0,02	0,12	0,03	0,98	-0,00	0,77	-0,0014
Dummy Setor: Sim	Significante		Significante		Significante		Significante	
Between	0,19		0,11		0,24		0,99	
Vif	1,48		1,44		1,41		1,68	
N. Obs	616		534		875		947	

$$AF_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 PcT_{it} + \beta_2 Lev_{it} + \beta_3 Roa_{it} + \beta_4 Size_{it} + \beta_5 GC_{it} + \beta_6 Big4_{it} \varepsilon_{i,t}$$

Dependentes									
Painel C - H1b	ETR Gaap		ETR Cash		ETR DVA		BTD		
	<i>P-valor</i>	Coef	<i>P-valor</i>	Coef	<i>P-valor</i>	Coef	<i>P-valor</i>	Coef	
Independente de interesse									
PcT	0,87	0,00	0,51	0,00	0,44	-0,01	0,67	0,0012	
Controle									
LEV	0,98	0,00	0,28	0,11	0,97	-0,00	0,01**	0,0212	
ROA	0,00*	-1,17	0,02**	-0,39	0,00*	-0,51	0,00*	0,9378	
Size	0,22	0,00	0,59	0,00	0,18	0,00	0,02**	0,0032	
GC	0,09***	-0,03	0,65	0,01	0,00*	-0,07	0,73	0,0017	
BIG4	0,28	-0,02	0,11	0,03	0,97	0,00	0,68	-0,0019	
Dummy Setor: Sim	Significante		Significante		Significante		Significante		
Between	0,19		0,11		0,24		0,99		
Vif	1,49		1,45		1,43		1,68		
N. Obs	615		534		874		945		

Nota: * Significante a 1%, ** significante a 5%, *** significante a 10%. Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que não houve significância estatística para nenhuma das variáveis explicativas testadas para as quatro proxies de agressividade fiscal. Conforme o modelo proposto, o nível de agressividade fiscal na amostra analisada não está associada com as provisões tributárias e passivos contingentes tributários. A primeira conclusão deste resultado é que o comportamento tributário agressivo nas companhias brasileiras é assimétrico ao reconhecimento contábil das provisões e passivos contingentes, contrariando a literatura anterior (Shen, 2023), ao indicar que a adoção de práticas tributárias agressivas não são refletidas nas contingências contábeis no período da decisão. Outra explicação aponta que os valores tributários discutidos judicialmente não estão ligados diretamente a práticas de economia tributária, mas com outros motivos como, por exemplo, a dificuldade das empresas na interpretação e aplicação da legislação fiscal (Martinez & Sonegheti, 2015).

O ambiente empresarial tem passado por mudanças relevantes nos últimos anos, principalmente devido ao avanço da tecnologia. As empresas estão sob acompanhamento do Governo praticamente em tempo real e isso pode fazer com que os valores das provisões tributárias e dos passivos contingentes tributários não carreguem em si ações de economia tributária, dando espaço para discussões de assuntos principalmente voltados à má qualidade da legislação tributária, conforme posicionamento dos próprios juizes dos tribunais após serem questionados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a respeito do contencioso tributário brasileiro (Olivon, 2022). E também em linha com a literatura (Martinez &

Sonegheti, 2015; Mattos, 2017).

De acordo com um levantamento realizado pelo CNJ, o número de ações tributárias voltadas à cobrança de tributos federais vem caindo desde 2016 e que, atualmente, o “ajuizamento de execução está atrelado à identificação de potencial recuperabilidade do crédito” (como a recente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, por exemplo) (Olivon, 2022). Tal argumentação reforça as palavras de Martinez e Sonegheti (2015) e Mattos (2017), ao mencionarem que o desalinhamento entre conceitos contábeis e tributários é uma possível fonte de origem a fiscalizações.

Era esperada uma relação dos passivos fiscais litigiosos para com a agressividade fiscal, pois a relevante chance de ser notificada/fiscalizada pelo fisco pode ser um fator incentivador para a agressividade fiscal, como mostrado por Mocanu et al. (2020) e Shen (2023), ou inibidor, segundo Atwood et al. (2012) e Kubick et al. (2016). Não obstante, nenhum estudo citado ter testado a característica contábil das empresas em ter valores significativos de provisões tributárias e passivos contingentes tributários frente a agressividade fiscal. Além disso, as pesquisas mencionadas se apropriam de metodologias e cenários distintos do utilizado no presente estudo e, por isso, os resultados podem ser divergentes.

Dentre as diferenças metodológicas destacam-se, por exemplo, a análise em diversos países (Atwood et al., 2012), a execução fiscal mensurada como sendo o número de vezes que as declarações acessórias da empresa foram auditadas por órgão fiscalizador/normatizador (IRS) (Hoopes et al., 2012) e as cartas de notificação enviadas por órgão fiscalizador/normatizador (SEC) sobre os tributos da entidade (Kubick et al., 2016).

Como o reconhecimento corrente dos passivos contingentes tributários podem representar economias tributárias passadas, Mattos (2017) trouxe as provisões e passivos contingentes tributários a valor presente como métrica de planejamento tributário (variável explicada pelo seu modelo econométrico). Diferentemente do autor, o presente estudo não aplicou tal deflação nos passivos tributários e utilizou essa métrica como determinante do planejamento tributário, não a proxy em si.

É percebida, portanto, distinção metodológica em cada pesquisa e, ao analisar as provisões tributárias e os passivos contingentes tributários como possível métrica para agressividade fiscal no cenário brasileiro, os resultados do estudo revelam uma significativa limitação, pois as autuações, as notificações e demais ações do fisco para com as empresas brasileiras podem ser oriundas de ações fora do contexto da economia tributária. A ausência de significância estatística dos regressores independentes para com a agressividade fiscal faz com que as Hipóteses 1, 1a e 1b sejam refutadas.

Todavia, a falta de confirmação da hipótese não sugere, em absoluto, a inexistência da capacidade causadora da agressividade fiscal motivada pelas provisões tributárias e passivos contingentes tributários nas empresas brasileiras. Tal ocorrido pode ser devido às particularidades da amostra, bem como do método escolhido, porém, para as empresas analisadas, período e método abordados

fixa-se a não afirmação de tal influência. Embora a ausência da significância estatística seja percebida para a explicação das provisões tributárias e passivos contingentes tributários no comportamento de economia tributária das empresas brasileiras, tais passivos podem ser úteis na explicação do comportamento do gerenciamento de resultados (GR) (Ribeiro, 2018) e desobediência tributária (Gomes, 2020), por exemplo.

Com relação às variáveis de controle, a alavancagem apresentou significância estatística positiva a 5% para BTB. Infere-se que empresas mais alavancadas são mais agressivas tributariamente, como encontrado por Martinez e Martins (2016). Isso direciona para o entendimento de que o aumento de cada percentual de alavancagem está associado a uma elevação de 2% da variável dependente BTB.

Santos & Oliveira (2020) identificaram que a agressividade fiscal explica o retorno dos ativos de empresas brasileiras do setor de energia elétrica. O presente estudo complementa o campo de investigação desse autor, mostrando que o retorno dos ativos explica a agressividade fiscal, pois ROA é estatisticamente significativa para com a agressividade fiscal e não somente para ETR *Gaap*, mas também para com ETR *Cash*, ETR *DVA* e BTB. A interpretação é que, quanto maior o retorno de seus ativos, mais inclinação a empresa possui para práticas de agressividade fiscal, como também visto no cenário internacional por Chen et al. (2010) e Kubick et al. (2016).

Empresas listadas no Novo Mercado, Nível 1 ou 2 de GC se mostram mais agressivas para as mensurações de agressividade fiscal ETR *Gaap* e ETR *DVA*. Sugere-se que, ao estarem em um melhor nível de GC, as empresas se deparam com uma melhor reputação no mercado e, conseqüentemente, para o sujeito ativo, diminuindo suas chances de fiscalização e questionamentos, podendo, assim, obter mais segurança para uma economia tributária agressiva. Essa evidência difere da apresentada por Martinez e Cerize (2020), pois para esse estudo empresas com melhor reconhecimento de práticas de GC são menos agressivas tributariamente. Desai e Dharmapala (2006) defenderam que o sistema tributário pode ampliar ou reduzir o nível de GC de uma organização. Mattos (2017) identificou que regras rígidas de GC podem ser um desincentivo às práticas de planejamento tributário.

Os resultados apresentados para a variável BTB mostram que o coeficiente *Size* é positivo e significativo a 5%, indicando, assim, que o aumento de cada percentual no logaritmo natural dos ativos representa uma associação de 0,32% de aumento na diferença contábil e fiscal, indicando acréscimo na agressividade fiscal das empresas analisadas. Com isso, nota-se que, para esse estudo, empresas maiores se mostram mais agressivas tributariamente, corroborando os achados de Lee (2021) e Martinez e Silva (2019) e contrariando os de Gaaya et al. (2017).

O Brasil possui carga tributária diferente entre os setores da economia. Com isso, o setor onde a empresa exerce suas atividades pode ser um determinante da sua agressividade fiscal e tal suposição é comprovada empiricamente pela significância estatística dos setores para todos os três modelos, independente da medida usada para mensurar a agressividade fiscal. A mesma evidência foi

percebida por Mocanu et al. (2020) e Santos et al. (2021) e, com isso, reforça-se a evidência de que a tributação setorial (independente do país) é fator determinante no comportamento tributário das empresas. Destaque-se que o setor econômico foi inserido no modelo como variável de controle, podendo outros estudos expandir a análise individualizadamente.

4.2.3 Resultado dos Testes Adicionais

Na Tabela 10, são apresentados os resultados do modelo com a inclusão da variável independente em três momentos: t-1, t-0 e t+1. O objetivo dessa análise é buscar mais evidência científica acerca do impacto que as provisões tributárias e os passivos contingentes tributário exercem na agressividade fiscal das empresas, medida por intermédio da ETR Gaap, ETR Cash, ETR DVA e BTB, em períodos distintos.

Tabela 10

Resultado das Regressões – H1, H1a e H1b

$$AF_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 PPC_{i,t-1} + \beta_2 PPC_{i,t} + \beta_3 PPC_{i,t+1} + \beta_4 Lev_{i,t} + \beta_5 Roa_{i,t} + \beta_6 Size_{i,t} + \beta_7 GC_{i,t} + \beta_8 Big4_{i,t} \varepsilon_{i,t}$$

Dependentes									
Painel A - H1	ETR Gaap		ETR Cash		ETR DVA		BTB		
	P-valor	Coef	P-valor	Coef	P-valor	Coef	P-valor	Coef	
Independente de interesse									
PPC _{t-1}	0,05**	-0,0019	0,61	0,0013	0,60	0,0018	0,15	0,0005	
PPC _t	0,01*	-0,0029	0,18	-0,0120	0,92	0,0005	0,30	0,0004	
PPC _{t+1}	0,10***	-0,0023	0,94	0,0001	0,06***	0,0066	0,08***	0,0010	
Controle									
LEV	0,00*	0,0035	0,00*	0,0239	0,00*	-0,0048	0,00*	0,0044	-
ROA	0,00*	-0,8014	0,08***	-0,2167	0,00*	-0,3895	0,00*	0,9927	-
Size	0,15	0,0102	0,10	0,0131	0,14	0,0116	0,55	0,0008	-
GC	0,11	-0,0419	0,95	-0,0022	0,00*	-0,0950	0,09***	0,0101	-
BIG4	0,27	-0,0227	0,06***	0,0485	0,55	0,0114	0,70	0,0015	-
Dummy Setor: Sim	Significante		Significante		Significante		Não significante		-
Between	0,2113		0,1863		0,2644		0,9977		-
VIF	1,58		1,58		1,58		1,58		-
N. Obs	461		398		646		698		-

$$AF_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 ProvT_{i,t-1} + \beta_2 ProvT_{i,t} + \beta_3 ProvT_{i,t+1} + \beta_4 Lev_{i,t} + \beta_5 Roa_{i,t} + \beta_6 Size_{i,t} + \beta_7 GC_{i,t} + \beta_8 Big4_{i,t} \varepsilon_{i,t}$$

Dependentes				
Painel B - H1a	ETR Gaap	ETR Cash	ETR DVA	BTB

Painel A - H1	ETR Gaap		ETR Cash		ETR DVA		BTD	
	P-valor	Coef	P-valor	Coef	P-valor	Coef	P-valor	Coef
	P-valor	Coef	P-valor	Coef	P-valor	Coef	P-valor	Coef
Independente de interesse								
PROVT _{t-1}	0,13	-1,4040	0,82	-0,2119	0,10***	-0,4487	0,60	0,0276
PROVT _t	0,21	1,6208	0,85	0,2327	0,23	0,5297	0,35	0,0385
PROVT _{t+1}	0,28	0,0964	0,66	0,0553	0,05**	0,1025	0,31	0,0376
Controle								
LEV	0,00*	0,0036	0,00*	0,0239	0,00*	-0,0048	0,00*	0,0044
ROA	0,00*	-0,7948	0,08***	-0,2162	0,00*	-0,3738	0,00*	0,9927
Size	0,11	0,0115	0,11	0,0131	0,14	0,0116	0,49	0,0009
GC	0,12	-0,0398	0,99	0,0003	0,00*	-0,0982	0,12	0,0095
BIG4	0,15	-0,0298	0,06***	0,0458	0,53	0,0120	0,89	0,0005
Dummy Setor: Sim	Significante		Significante		Significante		Não significante	
Between	0,2202		0,1848		0,2691		0,9977	
Vif	2,15		2,15		2,15		2,15	
N. Obs	463		400		648		704	

$$AF_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 PCT_{i,t-1} + \beta_2 PCT_{i,t} + \beta_3 PCT_{i,t+1} + \beta_4 Lev_{i,t} + \beta_5 Roa_{i,t} + \beta_6 Size_{i,t} + \beta_7 GC_{i,t} + \beta_8 Big4_{i,t} \varepsilon_{it}$$

Dependentes

Painel C - H1b	ETR Gaap		ETR Cash		ETR DVA		BTD	
	P-valor	Coef	P-valor	Coef	P-valor	Coef	P-valor	Coef
	P-valor	Coef	P-valor	Coef	P-valor	Coef	P-valor	Coef
Independente de interesse								
PCT _{t-1}	0,07***	-0,0018	0,57	0,0014	0,61	0,0018	0,16	0,0005
PCT _t	0,01*	-0,0029	0,14	-0,0121	0,93	0,0004	0,33	0,0004
PCT _{t+1}	0,09***	-0,0024	0,91	-0,0002	0,07***	0,0064	0,09***	0,0010
Controle								
LEV	0,00*	0,0034	0,00*	0,0239	0,00*	-0,0048	0,00*	0,0044
ROA	0,00*	-0,7943	0,08***	-0,2141	0,00*	-0,3895	0,00*	0,9927
Size	0,14	0,0105	0,10	0,0130	0,13	0,0118	0,54	0,0008
GC	0,09***	-0,0441	0,94	-0,0026	0,00*	-0,0967	0,08***	0,0101
BIG4	0,33	-0,0201	0,05**	0,0494	0,53	0,0119	0,68	0,0016
Dummy Setor: Sim	Significante		Significante		Significante		Não significante	
Between	0,2091		0,1861		0,2636		0,9977	
Vif	1,57		1,57		1,57		1,57	
N. Obs	463		400		648		702	

Nota: * Significante a 1%, ** significativa a 5%, *** significativa a 10%. Fonte: Dados da

pesquisa.

Embora exista significância estatística de alguns resultados em cada um dos painéis, predominam-se achados não significativos na amostra, a 5% ou menos, o que corrobora, na maioria, os resultados do modelo principal estudado, ao não evidenciar relação significativamente positiva das provisões tributárias e passivos contingentes tributários na agressividade fiscal das empresas.

Os resultados do Painel A, que explora a *proxy* da soma da provisão tributária e dos passivos contingentes tributários, mostram uma significância estatística para a *proxy* ETR *Gaap* (em $t-1$, t e $t+1$, este último a 10%), para a *proxy* ETR DVA (em $t+1$) e para a *proxy* BTD (em $t+1$), estes dois últimos a 10%. Também mostram que a variável LEV apresenta-se relevante para explicar a agressividade fiscal no modelo (no modelo principal apenas a ROA apresentou significância estatística). Em síntese, os resultados sinalizam pequena mudança no cenário original, conquanto a significância apenas em ETR *Gaap* não é suficiente para contrariar os resultados explorados nas hipóteses.

Com respeito ao Painel B, constata-se que as provisões tributária foram relevantes apenas para a *proxy* ETR DVA (em $t-1$ e $t+1$), sendo o primeiro resultado a 10%. Ressalte-se que, neste cenário, tanto a variável LEV, quanto o ROA foram estatisticamente significativas; e que a GC impacta na agressividade fiscal, ao considerar a variável dependente ETR DVA.

Já os resultados do Painel C são semelhantes àqueles apresentados no Painel A, corroborando, assim, que, mesmo inserindo no modelo a variável independente em $t-1$, $t-0$ e $t+1$, o estudo elucida que não existe evidência estatística para todas.

Diante do cenário apresentado nessa seção 4 extraem-se alguns resultados relevantes: i) que pode existir assimetria entre o reconhecimento de provisões tributárias e passivos contingentes tributários e o nível de agressividade fiscal das empresas; ii) que apenas as variáveis ROA e LEV conseguem explicar a agressividade fiscal das empresas em $t-1$, $t+0$ e $t+1$ como apontam alguns estudos (Martinez & Martins 2016; Chen et al., 2010; Kubick et al., 2016); iii) que, ao considerar o mesmo ano ou apenas um de defasagem e outro no futuro, não se encontram evidências, estatisticamente relevantes, que explicam que as empresas com mais provisões tributárias e/ou passivos contingentes tributários reduziram ou aumentaram sua agressividade fiscal, como asseveram Atwood et al. (2012), Kubick et al. (2016), Mattos (2017) e Mocanu et al. (2020); iv) que os resultados encontrados não refutam as hipóteses testadas de que as provisões tributárias e passivos contingentes tributários somados e estes últimos isoladamente impactam na agressividade fiscal, isto, considerando como variável dependente apenas a ETR *Gaap* e um parâmetro estatístico de relevância de até 10%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do modelo de Shen (2023), que identificou uma associação significativa e positiva do montante de provisões e passivos contingentes e a

agressividade tributária no mercado de capitais da China, no presente trabalho tais resultados não foram confirmados. Com isso, os resultados sugerem que os valores discutidos judicialmente e reconhecidos como provisões tributárias e passivos contingentes tributários não estão ligados diretamente com as práticas de economia tributária das empresas. Isso indica, por exemplo, que os litígios fiscais decorrentes da dificuldade das empresas na interpretação e aplicação da legislação fiscal, como citado por Martinez e Sonegheti (2015) e Mattos (2017), e a recuperação de créditos (Olivon, 2022), não determinam o nível de agressividade fiscal das entidades. Posto isto, as hipóteses 1, 1a e 1b foram refutadas.

Tais evidências expandem a análise e discussão dos determinantes da agressividade fiscal ao fornecer fundamentos de que os valores fiscais em litígio não são determinantes da agressividade fiscal de empresas brasileiras não financeiras abertas, em sua grande parte, e, por isso, depreende-se que outros fatores explicam melhor os esforços de economia fiscal das empresas. Com isso, o resultado do estudo apresenta evidências que sugerem que a reação das empresas brasileiras às notificações fiscais não motivam os executivos a tomarem medidas para economia tributária, optando, por exemplo, por formas menos arriscadas de economia fiscal.

Frise-se que esse cenário permanece praticamente inalterado nos testes adicionais. Apesar de alguns resultados estatisticamente significativos, ao considerar o impacto das provisões tributárias e passivos contingentes tributários na agressividade fiscal das empresas pesquisadas, inserindo no modelo a variável independente em $t-1$, $t-0$ e $t+1$, não é possível validar as hipóteses estabelecidas no estudo para grande parte das variáveis. Há de se ponderar, todavia, que os testes adicionais, ao considerar apenas a ETR *Gaap* como variável dependente e um nível de significância em até 10%, não se refutam as hipóteses do estudo.

Outro ponto a se destacar é que empresas mais alavancadas se mostraram mais agressivas, indo ao encontro dos achados de Gaaya et al. (2017) e Martinez e Martins (2016). Com relação ao retorno dos ativos, as empresas com maior ROA se mostraram mais agressivas na maioria dos modelos, como no estudo de Chen et al. (2010) e Kubick et al. (2016). A relação da GC com a agressividade fiscal vai de encontro a Martinez e Cerize (2020) e Mattos (2017), pois as empresas com maiores práticas de GC se mostraram mais agressivas tributariamente, não obstante, esse resultado aparecer em poucos modelos. Por fim, o tamanho da empresa explica seu perfil agressivo em alguns dos modelos utilizados, ao indicar relação positiva, sendo que, quanto maior a empresa, maior sua agressividade fiscal.

A presente pesquisa impacta em novas oportunidades de investigação, ao demonstrar, por exemplo, a importância do fato de que contextos, modelagens e estruturas podem oferecer resultados distintos mesmo abordando fenômenos semelhantes ou iguais. Além disso, pesquisas interessadas na compreensão da agressividade fiscal no cenário brasileiro poderão observar que os passivos fiscais podem ou não impactar nas decisões de economia fiscal das organizações, sugerindo, portanto, cautela no momento de elaboração de seus métodos. Isso, tendo em vista que a carga tributária brasileira se apresenta de forma diferente

conforme o setor onde a empresa se enquadra; uma análise detalhada por setor econômico pode oferecer informações interessantes, o que se recomenda em nova pesquisa. Também, sugere-se verificar, com uso de outros métodos, se as provisões e passivos contingentes cíveis, trabalhistas e ambientais possuem influência nas decisões tributárias das organizações e averiguar se as empresas brasileiras são mais agressivas antes ou após o período de oferta de parcelamentos fiscais especiais.

REFERÊNCIAS

- Atwood, T. J., Drake, M. S., Myers, J. N., & Myers, L. A. (2012). Home country tax system characteristics and corporate tax avoidance: International evidence. *The Accounting Review*, 87(6), 1831–1860. <https://doi.org/10.2308/accr-50222>
- Baldoino, E., & Borba, J. A. (2015). Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(23), 58-81. <https://doi.org/10.11606/rco.v9i23.68395>
- Chen, S., Chen, X., Cheng, Q., & Shevlin, T. (2010). Are family firms more tax aggressive than non-family firms? *Journal of Financial Economics*, 95(1), 41–61. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2009.02.003>
- Christensen, D. M., Kenchington, D. G., & Laux, R. C. (2021). How do most low ETR firms avoid paying taxes? *Review of Accounting Studies*. <https://doi.org/10.1007/s11142-021-09614-8>
- Chun, H. M., Kang, G. I. J., Lee, S. H., & Keun Yoo, Y. (2020). Corporate tax avoidance and cost of equity capital: international evidence. *Applied Economics*, 52(29), 3123–3137. <https://doi.org/10.1080/00036846.2019.1706716>
- Desai, M. A., & Dharmapala, D. (2006). Corporate tax avoidance and high-powered incentives. *Journal of Financial Economics*, 79(1), 145–179. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2005.02.002>
- Dhawan, A., Ma, L., & Kim, M. H. (2020). Effect of corporate tax avoidance activities on firm bankruptcy risk. *Journal of Contemporary Accounting and Economics*, 16(2), 100187. <https://doi.org/10.1016/j.jcae.2020.100187>
- Favero, L. P. L. (2013). Dados em painel em contabilidade e finanças: teoria e aplicação. *BBR - Brazilian Business Review*, 10(1), 131–156.
- Filho, F. de H. B. (2017). A Crise Econômica De 2014/2017. *Estudos Avancados*, 31(89), 51–60. <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>
- Gaaya, S., Lakhali, N., & Lakhali, F. (2017). Does family ownership reduce corporate tax avoidance? The moderating effect of audit quality. *Managerial Auditing Journal*, 32(7), 731–744. <https://doi.org/10.1108/MAJ-02-2017-1530>
- Gomes, A. P. M. (2020). *O impacto da complexidade tributária e dos parcelamentos especiais na tomada de decisão da (des)obediência tributária das empresas brasileiras listadas na b3: um estudo sob a ótica da teoria dos jogos* [Universidade Federal de Minas Gerais].

<http://repositorio.unan.edu.ni/2986/1/5624.pdf>

- Hanlon, M., & Heitzman, S. (2010). A review of tax research. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2–3), 127–178. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.002>
- Hartmann, C. F., & Martinez, A. L. (2020). Agressividade fiscal e as empresas de auditoria Big4. *Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade*, 10(2), 37–46. <https://doi.org/10.18696/reunir.v10i3.843>
- Hoopes, J. L., Mescall, D., & Pittman, J. A. (2012). Do IRS audits deter corporate tax avoidance? *Accounting Review*, 87(5), 1603–1639. <https://doi.org/10.2308/accr-50187>
- Kubick, T. R., Lynch, D. P., Mayberry, M. A., & Omer, T. C. (2016). The effects of regulatory scrutiny on tax avoidance: An examination of SEC comment letters. *The Accounting Review*, 91(6), 1751–1780. <https://doi.org/10.2308/accr-51433>
- Lampenius, N., Shevlin, T., & Stenzel, A. (2021). Measuring corporate tax rate and tax base avoidance of U.S. Domestic and U.S. multinational firms. *Journal of Accounting and Economics*, 72(1), 101406. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2021.101406>
- Lee, Y. J. (2021). The effects of analysts' tax expense forecast accuracy on corporate tax avoidance: An international analysis. *Journal of Contemporary Accounting and Economics*, 17(2), 100243. <https://doi.org/10.1016/j.jcae.2021.100243>
- Lennox, C., Lisowsky, P., & Pittman, J. (2013). Tax Aggressiveness and Accounting Fraud. *Journal of Accounting Research*, 51(4), 739–778. <https://doi.org/10.1111/joar.12002>
- Machado, M. C., & Nakao, N. (2012). Diferenças entre o Lucro Tributável e o Lucro Contábil das empresas Brasileiras de capital aberto. *Revista Universo Contábil*, 100–112. <https://doi.org/10.4270/ruc.2012324>
- Mamade J, E., Brugni, T. V., Monte-Mor, D. S., & Beiruth, A. X. (2023). Efeito da Remuneração como Incentivo Gerencial ao Risco e Agressividade Tributária no Brasil. *Revista Gestão Organizacional*, 16(1), 117-134. <https://doi.org/10.22277/rgo.v16i1.6748>
- Marchesi, R. F., & Zanoteli, E. J. (2020). Agressividade Fiscal E Investimentos No Mercado Acionário Brasileiro. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 1(1), 065–083. <https://doi.org/10.14392/asaa.2020130304>
- Marinho, L. L. da S., Almeida, L. M. R., & Machado, L. de S. (2022). A influência da qualidade de auditoria na Tax Avoidance de empresas brasileiras listadas na B3. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 14(1), 115–132. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v14i1.81927>
- Martinez, A. L. (2017). Agressividade Tributária: Um Survey da Literatura. *Revista de Educação e Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 11(0), 106–124. <https://doi.org/10.17524/repec.v11i0.1724>

- Martinez, A. L., & Cerize, N. M. F. (2020). A influência da estrutura de controle na agressividade tributária corporativa. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 39(2), 153–163. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v39i2.43978>
- Martinez, A. L., & Martins, V. A. M. (2016). Alavancagem financeira e agressividade fiscal no Brasil. *Revista de Contabilidade Da UFBA*, 10(3), 5–22. <https://doi.org/10.14392/asaa.2020130304>
- Martinez, A. L., & Ramalho, G. C. (2014). Family Firms and Tax Aggressiveness in Brazil. *International Business Research*, 7(3), 129–136. <https://doi.org/10.5539/ibr.v7n3p129>
- Martinez, A. L., Santana Júnior, J. L. D., & Sena, T. R. (2022). Agressividade tributária como fator determinante do conservadorismo condicional no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33. <https://doi.org/10.22277/rgo.v16i1.6748>
- Martinez, A. L., & Silva, R. F. (2019). Agressividade Fiscal e o Custo de Capital de Terceiros no Brasil. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(1), 240–251. <https://doi.org/10.18028/2238-5320/rgfc.v7n1p240-251>
- Martinez, A. L., & Sonegheti, K. (2015). Contingências Fiscais em Face das Mudanças de Incidência do PIS e da COFINS. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 3(3), 6–18. <https://doi.org/10.18405/recfin20150301>
- Mattos, A. J. N. (2017). *Maximização da utilidade esperada, planejamento tributário e governança corporativa* [Universidade de São Paulo]. <https://cutt.ly/wbLli1A>
- Mattos, A. J. N. (2022). *Maximização da utilidade esperada, planejamento tributário e governança corporativa* [Universidade de São Paulo]. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-03102022-111116/publico/AlexandreJNMattos_Corrigida.pdf
- Mocanu, M., Constantin, S. B., & Vasile, R. (2020). Determinants of tax avoidance—evidence on profit tax-paying companies in Romania. *Economic Research-Ekonomska Istrazivanja*, 0(0), 1–20. <https://doi.org/10.1080/1331677X.2020.1860794>
- Olivon, B. (2022, March 4). *IPTU gera mais litígio do que o Icms, aponta estudo do CNJ*. <https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/noticia/2022/03/04/iptu-gera-mais-litigio-que-o-icms-aponta-estudo-do-cnj.ghtml>
- Rezende, A. J., Dalmácio, F. Z., & Rathke, A. A. T. (2018). Avaliação do impacto dos incentivos fiscais sobre os retornos e as políticas de investimento e financiamento das empresas. *Revista Universo Contábil*, 14(4), 28–49. <https://doi.org/10.4270/ruc.2018426>
- Ribeiro, A. de C. (2018). *Provisões previdenciárias, trabalhistas e tributárias: gerenciamento de resultados no Brasil* [Universidade de São paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-20042018-144751/pt-br.php>
- Ribeiro, A. C., Ribeiro, M. S., & Weffort, E. F. J. (2013). Provisões, contingências eo pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos.

- Revista Universo Contábil, 9(3), 38-54. <https://doi.org/10.4270/ruc.2013321>
- Santana, S. L. L., & Rezende, A. J. (2016). Corporate tax avoidance and firm value: evidence from Brazil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(30), 114. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n30p114>
- Santos, D. G., & Oliveira, A. S. (2020). Agressividade fiscal e a lucratividade nas empresas do setor de energia elétrica do Brasil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 19.
- Santos, L. P. G., Soares, P. A., Freitas, S. C. de, & Dias Filho, J. M. (2021). A influência dos serviços tributários prestados pelo auditor na tax avoidance das empresas: evidências do Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 15(71), e175839. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2021.175839>
- Shen, Y. (2023). Contingency Information Disclosure and Corporate Tax Avoidance. *Frontiers in Business, Economics and Management*, 7(2), 112-119. <https://doi.org/10.54097/fbem.v7i2.4853>
- Silva, J. M., & Rezende, A. J. (2016). A influencia do ciclo de vida organizacional no nível de planejamento tributario. *Congresso Anpcont.* <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-06012017-151945/en.php>
- Vello, A., & Martinez, A. L. (2014). Planejamento tributário eficiente: uma análise de sua relação com o risco de mercado. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(23), 117. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2014v11n23p117>
- Wang, F., Xu, S., Sun, J., & Cullinan, C. P. (2019). Corporate Tax Avoidance: A Literature Review and Research Agenda. *Journal of Economic Surveys*, 34(4), 793–811. <https://doi.org/10.1111/joes.12347>
- Wilson, R. J. (2009). An Examination of Corporate Tax Shelter Participants. *The Accounting Review*, 84(3), 969–999. <https://doi.org/https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.3.969>
-

Planilha de Contribuição dos Autores			
Contribuição	Ludimila Lopes da Silva Marinho	Lúcio de Souza Machado	Tiago Nascimento Borges Slavov
1. Idealização e concepção do assunto e tema da pesquisa	X	X	
2. Definição do problema de pesquisa	X	X	
3. Desenvolvimento da Plataforma Teórica	X	X	
4. Delineamento da abordagem metodológica da pesquisa	X	X	
5. Coleta de dados	X		
6. Análises e interpretações dos dados coletados	X	X	X
7. Conclusões da pesquisa	X	X	X
8. Revisão crítica do manuscrito	X	X	X
9. Redação final do manuscrito, conforme as normas estabelecidas pela Revista.	X	X	X
10. Orientação	X	X	X